

2018/09/05

O Irão, de novo sob sanções económicas

Alexandre Reis Rodrigues

Com Trump na presidência dos EUA é impossível prever como evoluirá o relacionamento de Washington com Teerão, na sequência do abandono do acordo nuclear¹ e a imposição de sanções. As indicações que se possam retirar do caminho seguido com a Coreia do Norte não ajudarão porque as situações são substancialmente diferentes quanto ao objetivo que os EUA querem alcançar.



No caso da Coreia do Norte trata-se de levar Pyongyang a abandonar o seu programa nuclear. É um objetivo claro e verificável para o qual a administração conseguiu a colaboração de Pequim. No caso do Irão o que os EUA visam transcende em muito o campo nuclear, onde aliás Teerão está a cumprir as suas obrigações.² Seguem um objetivo mais alargado com duas metas principais. No campo geopolítico, impedir que Teerão continue a usar as guerras civis na Síria e no Iémen e os conflitos no Iraque como parte da sua estratégia de procura de liderança regional. Na área dos armamentos, conseguir que suspenda o programa de construção de mísseis balísticos.

É um objetivo apenas claro e verificável na parte respeitante aos mísseis balísticos. No restante, depende de interpretações políticas e está afetado pelo risco de ser encarado pelos iranianos como apenas uma tentativa de forçar uma mudança de regime. Aliás, não é uma interpretação deslocada à luz da estratégia que Washington segue. Ao contrário de Obama que foi muito cuidadoso em não deixar passar qualquer ideia de mudança forçada de regime, Trump acrescenta à estratégia de pressão económica, uma promessa de apoio³ às "longamente ignoradas" aspirações dos iranianos e a criação de uma aliança regional de estados árabes contra o Irão ("*Middle East Strategic Alliance*", incluindo a Arábia Saudita; Egito, Jordânia, Emiratos Árabes Unidos etc.) que os EUA apoiarão.

É uma estratégia muito diferente da seguida com a Coreia do Norte. Mais complexa e com mais obstáculos. O principal é o clima de animosidade que criou precisamente onde, tradicionalmente, seria de esperar apoio, o lado europeu que se opõe abertamente ao abandono do acordo e, nessa linha está a tentar compensar os efeitos das sanções unilateralmente decididas pelos EUA. Se vai chegar ou não para manter Teerão dentro do acordo depende da forma como as empresas europeias se

¹ Formalmente designado por "*Joint Comprehensive Action Plan*".

² É a própria Agência de Energia Atómica das Nações Unidas que o atesta, pela segunda vez desde que Trump anunciou a decisão de sair do acordo, em relatório recentemente divulgado.

³ No final de julho, Mike Pompeo fazia a seguinte declaração: «*While it is ultimately up to the Iranian people to determine the direction of their country, the United States, in the spirit of our own freedoms, will support the long-ignored voice of the Iranian people*».

sentirão protegidas por uma versão atualizada do “*Blocking Statute*”⁴ que a União Europeia recuperou para tentar impedir que prevaleça o seu receio em virem a ficar excluídas do sistema financeiro americano, caso não respeitem as sanções. O consenso dos comentadores vai no sentido de concluir que a União Europeia não conseguirá garantir ao Irão as condições existentes antes da retoma das sanções pelos EUA.⁵ Teerão responde a esta situação dizendo que a permanência no acordo nuclear não é a única opção.

Como poderá então evoluir a situação? Estará Trump na expectativa de que o impacto das sanções levará Teerão à aceitação da ideia de uma cimeira, como aconteceu com a Coreia do Norte? Trump tem adotado uma retórica militarmente belicosa, mas objetivamente vazia, passando sistematicamente ao lado das ameaças que tem feito. Alguns consideram que é uma espécie de “bluff” que está a tornar-se perigoso por retirar credibilidade ao seu discurso. Na realidade, a sua grande aposta e o que parece acreditar seriamente é no efeito das sanções. As indicações que estará a retirar do que decidiu parecem promissoras, mas daí a serem suficientes para Teerão alterar a sua postura vai uma distância grande. É prematuro tirar conclusões porque o processo mal se iniciou.

Para os iranianos, viver sob um regime de sanções económicas não é uma situação nova, mas desta vez será certamente mais difícil de enfrentar. Por um lado, porque surgem num contexto de grande insatisfação interna com as políticas do Presidente Rouhani, que não conseguiu tirar o esperado partido da abertura ao Ocidente que o acordo nuclear possibilitou. Pelo outro, porque acabarão, com grande probabilidade, por virem a ser mais penalizadores do que as aplicadas durante a presidência de Ahmadinejad.

Embora o começo da sua aplicação formal só se tenha iniciado a seis de agosto, os iranianos já estão a enfrentar, há pelo menos três meses, o impacto do seu anúncio, com a moeda iraniana a desvalorizar 50% (desde abril) e a inflação a regressar aos níveis do período anterior ao acordo nuclear. Os setores mais afetados serão agora o da aviação civil, automóveis e o do comércio de ouro e outros metais.

Porém, o pior ainda está para vir. Será a partir de novembro com a imposição de restrições às exportações de petróleo e derivados, mas os primeiros impactos já também começaram a sentir-se. Em agosto, o volume destas exportações já foi o mais baixo desde 2016. Para os três principais destinos asiáticos - China, Índia e Japão - as exportações baixaram de 1809 milhões de *bpd* em julho para 1075 em agosto, descida que um ligeiro aumento nas importações do âmbito da União Europeia não conseguiu compensar (323000 *bpd* em julho contra 355000 em agosto).

É a questão mais crítica de todo o programa de sanções. Também a que mais riscos fará correr. Eventualmente, um conflito militar que afetaria todo o Médio Oriente e o mercado petrolífero. Diz o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas iranianas: «*If the Islamic Republic can't use the Strait of Hormuz for its oil exports, there will be no security for others either and no other crude will be exported from this region*».

⁴ *The Blocking Statute allows EU operators to recover damages arising from US extraterritorial sanctions from the persons causing them and nullifies the effect in the EU of any foreign court rulings based on them. It also forbids EU persons from complying with those sanctions, unless exceptionally authorised to do so by the Commission in case non-compliance seriously damages their interests or the interests of the Union. The authorisations will be done on the basis of agreed criteria which will also be issued on 7 August. (European Union Press Release)*

⁵ A maior contrariedade poderá vir da eventual expulsão do Irão do sistema de transferências bancárias SWIFT que 16 senadores já pediram para ser implementado.